



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III - GUARABIRA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ROGÉRIO CHAVES DA SILVA**

**A JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA EM ALAGOA GRANDE-PB (1954-1964)**

**GUARABIRA  
2017**

**ROGÉRIO CHAVES DA SILVA**

**A JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA EM ALAGOA GRANDE-PB (1954-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba- Campus III, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciado.

**Orientadora:** Prof. Ma. Regina Paula Silva da Silveira.

**GUARABIRA**  
**2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

S586j Silva, Rogério Chaves da.  
A Juventude Agrária Católica em Alagoa Grande- PB (1954-1964). [manuscrito] / Rogério Chaves da Silva. - 2017  
50 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação : Profa. Ma. Regina Paula Silva da Silveira, Coordenação do Curso de História - CH."

1. Juventude Agrária Católica. 2. Ação católica. 3. Juventude rural.

21. ed. CDD 333.31

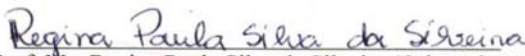
ROGÉRIO CHAVES DA SILVA

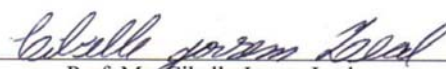
A JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA EM ALAGOA GRANDE-PB (1954-1964)

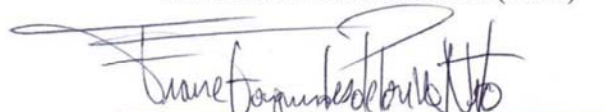
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba- Campus III, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciado.

Aprovada em: 16/11/2017.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Ma. Regina Paula Silva da Silveira (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Ma. Cibelle Jovem Leal  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe Luzia Chaves, pela dedicação,  
companheirismo e amizade, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

À professora Ma. Regina Paula Silva da Silveira, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

A minha mãe Luzia Chaves da Silva, e meus irmãos em especial, Lucas Chaves da Silva, e sobrinhos, pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

Ao meu pai Antônio Lucas da Silva (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força.

Aos professores do Curso de História da UEPB Campus III, que contribuíram ao longo desses anos, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

A professora Lúcia de Fátima Júlio, e a Ignácia Maria da Conceição H. Lavareda.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe da turma 2013.1 e amigos, especialmente, a Severino Ramos, Samuel Araújo e José Rafael, pelos momentos de amizade e apoio.

“A JAC influenciou e ainda influencia na minha vida, desde que descobri a importância da participação, da fraternidade, da cooperação. O nós consciente instalou-se na minha personalidade, por meio das virtudes adquiridas através do método Ver-Julgar-Agir.” Ignácia Maria da Conceição H. Lavareda

## RESUMO

Este trabalho discute como se deu o surgimento, organização e atuação da Juventude Agrária Católica no Brasil, considerando o contexto sócio-político e eclesial do período em que este movimento da Ação Católica Especializada, nasceu organizou-se e atuou. Dando ênfase ao movimento em Alagoa Grande-PB em meados dos anos 50 e início dos anos 60, usando como principais fontes de pesquisa o livro “História e organização de jovens camponeses cristãos 1947-1972”, e depoimentos de ex-jacistas, especialmente de Dom Epaminondas José de Araújo, fundador da JAC na Paróquia e seu primeiro assistente, e de Ignácia Maria da Conceição H. Lavareda, ex-jacista alagoa-grandense, reunidos no livro “Retalhos de Vidas Depoimentos de ex-jacistas”, bem como também refletir sobre a situação do homem do campo na época, e quais eram as atividades desenvolvidas pelo movimento e suas contribuições para juventude rural atingida pelo mesmo, destacando o contexto político e eclesial que contribuíram com a expansão e declínio do movimento no Brasil e em Alagoa Grande- PB.

**Palavras-Chave:** Juventude Agrária Católica. Ação Católica. Juventude rural.



## **ABSTRACT**

This work will discuss how the emergence, organization and performance of the Catholic Youth in Brazil, considering the socio-political and ecclesial context of the period in which this movement of Specialized Catholic Action was born, was organized and acted. Emphasizing the movement in Alagoa Grande-PB in the mid-1950s and early 1960s, using as main sources of research the book "History and organization of young Christian peasants 1947-1972, and testimonies of ex-Jacistas, especially Dom Epaminondas José de Araújo, founder of JAC in the parish and his first assistant, and Ignacia Maria da Conceição H. Lavareda, ex-Jacista Alagoa-Grandense, gathered in the book "Retalhos de Vidas Testimonies of ex-jacistas", as well as reflecting on the situation of the rural man at the time, and what were the activities developed by the movement and its contributions to rural youth affected by it, highlighting the political and ecclesial context that contributed to the expansion and decline of the movement in Brazil and in Alagoa Grande-PB.

**Keywords:** Youth Catholic Agrarian. Catholic Action. Rural youth.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
2	<b>CAPÍTULO I: CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO, ECLESIAL E SITUAÇÃO AGRÁRIA DO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1940-1950</b> .....	15
2.1	A Igreja no Brasil nas décadas de 1940- 1950 .....	18
2.2	Situação Agrária no Brasil .....	21
3	<b>CAPÍTULO II: A JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA, SURGIMENTO, ORGANIZAÇÃO, EXPANSÃO E DECLÍNIO</b> .....	25
3.1	Desenvolvimento e Declínio da JAC (1955- 1967) e (1968- 1972) .....	33
3.2	A Juventude Agrária Católica em Alagoa Grande- PB .....	38
4	<b>CONCLUSÃO</b> .....	49
5	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51

## 1 INTRODUÇÃO

A Juventude Agrária Católica, foi um movimento da Ação Católica especializada, que atuou no Brasil de 1947 a 1972, em muitas paróquias e dioceses em 15 estados brasileiros. Tinham como objetivo organizar jovens rurais, sob a orientação da Igreja, e baseada na sua doutrina social, trabalhar pela promoção humana da juventude rural e pela melhoria das condições de vida em suas comunidades rurais, área de atuação do movimento.

Quando em 1947, a JAC começou a dar seus primeiros passos, o Brasil e o mundo viviam um momento especial. A Segunda Guerra Mundial havia terminado dois anos antes, em 1945, saindo vencedores os Estados Unidos e a União Soviética, derrotando a Alemanha nazista e seus aliados. As duas potências vencedoras passaram a medir forças e disputar espaço no cenário político e econômico mundial, dando início a chamada Guerra Fria.

A Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, criou a Declaração Universal dos Direitos Humanos para a promoção e respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana no mundo. No Brasil, que havia participado da Guerra, ocorreu a queda do Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas em 1937, e o início de um novo regime político baseado na Constituição democrática de 1946. Ao mesmo tempo, o país precisava enfrentar os obstáculos que se opunham ao seu desenvolvimento como, a necessidade de modernização da infraestrutura de transportes, energia, telecomunicações, habitação, saúde, educação e saneamento básico. O Brasil rural continuava marcado por quatro séculos de domínio do latifúndio, comandado pelas velhas oligarquias fundiárias desde a colonização portuguesa.

Foi nesse contexto que surge a Juventude Agrária Católica, organização que ao longo de sua existência irá tomando características diferenciadas. Podemos distinguir 3 fases da atuação da JAC no Brasil. No início ajudando no trabalho de evangelização nas paróquias rurais, passando pelo momento em que adquire um tom desenvolvimentista, incentivando as melhorias tecnológicas na produção agrícola por parte dos jovens, até se transformar em um movimento de conscientização, denúncia e resistência frente as injustiças sociais.

Essa última fase a JAC, segundo LUCCHETTI (2012), influenciada pela Teologia da Libertação, documentos do Concílio Vaticano II, ocorrido entre 1962 e 1965 e da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), ocorrida em Medellín em 1968, e também pelos cursos e Assembleias do Movimento Internacional da Juventude Agrícola e Rural Católica (MIJARC), e pelo clima político vivenciado no fim da década de 1960 e início dos anos 1970, o movimento foi se transformando num processo dialético, onde a organização e a

conscientização que a ação refletida proporcionava, transformava a vida do Jacista, e por consequência do próprio movimento.

Este trabalho surgiu a partir da leitura de uma biografia de Ignácia Maria da Conceição H. Lavareda, quando tive conhecimento da existência da JAC, e de sua atuação em minha cidade, despertando meu interesse pelo tema. Fiz um levantamento bibliográfico sobre a JAC no Brasil, procurei entrar em contato com Ignácia Maria, e com ela consegui ter acesso a livros e documentos que foram fundamentais na minha pesquisa.

Como resultado, este trabalho tem como objetivo, resgatar a história da JAC, como Movimento da Ação Católica especializada, inserido no contexto sócio-político e eclesial do Brasil, desde o final da década de 1940 e início dos anos 70, dando ênfase ao surgimento, organização e atuação do movimento na Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Alagoa Grande-PB, em meados dos anos 1950 e início dos anos 60.

Usando como principais fontes de pesquisa, o livro de Ângela Neves Lucchetti, e outros ex-jacistas, “História e Organização de Jovens Camponeses Cristãos 1947-1972”, e o depoimento de Ignácia Maria da Conceição H. Lavareda, ex-jacistas alagoa-grandense e de Dom Epaminondas José de Araújo, fundador e assistente da JAC em Alagoa Grande, entre outros reunidos no livro, “Retalhos de Vidas: Depoimentos de ex-jacistas”.

O presente trabalho está dividido da seguinte maneira, em dois capítulos, no primeiro capítulo discutirei sobre o contexto sócio-político e eclesial, e a situação agrária do Brasil nas décadas 1940 e 1950, período em que a JAC surgiu e se organizou no país. No segundo capítulo abordarei como se deu o surgimento, organização, atuação, expansão e declínio da JAC, no Brasil e em Alagoa Grande-PB.

## **CAPÍTULO I: Contexto sócio-político, eclesial e situação agrária do Brasil nas décadas de 1940 a 1950**

A década de 1940 foi marcada pela participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o fim do Estado Novo e a redemocratização. Falando sobre o perfil socioeconômico do Brasil no fim da década de 1940 e na década de 1950 Skdimore, historiador norte-americano brasilianista afirma,

O Brasil do fim da década de 1940 e da década de 1950 encontrava-se em meio a uma explosão populacional, sendo também um país com grandes desequilíbrios regionais, grandes movimentos de populações entre regiões e enormes desigualdades sociais. Todos esses fatores eram catalisadores que aumentavam a volatilidade da vida política brasileira durante o período. (SKDIMORE, 2003, p. 195)

Durante a Segunda Guerra, as manifestações estudantis e populares lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), a favor da participação das Forças Armadas brasileiras na guerra contra o nazifacismo, deram início a um processo de insatisfação e contestação do Estado Novo. Em 1943, durante um congresso da Ordem dos advogados do Brasil (OAB), um grupo de políticos e intelectuais mineiros laçaram um manifesto, que defendia o fim do Estado Novo e a volta da democracia. As mesmas posições a favor da redemocratização do país adotaram os participantes do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, no início de 1945.

Já no fim da guerra, Vargas, pressionado acabou com a censura da imprensa, anistiou presos políticos e convocou eleições para uma assembleia Constituinte. Surgiram, então diversos partidos políticos, entre os quais a União Democrática Nacional (UDN), formada por setores das classes médias e alta, o Partido Social Democrático (PSD), composto por antigos coronéis e interventores nos estados, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), constituído por líderes sindicais ligados ao Ministério do Trabalho, além do Partido Comunista do Brasil (PCB), que voltou a ser legalizado. Em outubro de 1945, Getúlio é forçado a renunciar sob fortes pressões dos militares, chegando assim ao fim o Estado Novo. José Linhares, presidente do STF, assumiu a presidência da República até a posse do novo presidente, que seria escolhido por meio de eleições, ocorridas em dezembro de 1945. Na ocasião, também seriam eleitos os deputados encarregados de elaborar a nova Constituição. Falando sobre a Constituição de 1946 Skidmore diz,

Os debates sobre como a nova Constituição (a quinta do Brasil) deveria ser moldada foram dominados pelas demandas de restauração de poder aos estados e municípios. A Constituição de 1946 refletiu esse objetivo: manteve a posição do presidente como chefe do governo nacional mas restaurou o poder do Congresso, o que resultava na devolução de considerável poder às máquinas políticas estaduais, embora menos do que elas haviam desfrutado na República Velha. (SKDIMORE, 2003, p. 183)

Com o apoio de Vargas e do PTB, foi eleito o General Eurico Gaspar Dutra. E em setembro de 1946 foi promulgada a nova Constituição brasileira. Uma das preocupações dos constituintes foi delimitar a ação dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para evitar que se repetisse a concentração de poder em torno do Executivo, como havia ocorrido no Estado Novo. A Constituição de 1946, garantia o direito de greve, extinguiu a figura dos deputados classistas e assegurou o voto a todas as mulheres, mas manteve a restrição aos analfabetos, que compunham quase metade da população brasileira. Também conservou a cláusula que permitia a intervenção do governo na organização sindical.

A partir de 1945, houve por parte de algumas nações, uma forte tomada de consciência da crise de alimentos, que condenava a fome e à subnutrição quase dois terços da humanidade. Pensando nesse grave problema a ONU, criou em outubro de 1945 a Organização para Alimentação e Agricultura, com sede em Roma na Itália. No Brasil, começou-se a questionar a estrutura fundiária arcaica e o nível tecnológico obsoleto da produção agropecuária.

Nesse período acentuou-se o processo de migração das regiões menos desenvolvidas para as regiões mais desenvolvidas. Conseqüentemente o processo migratório aumentou o êxodo rural, os camponeses, privados no campo do acesso a serviços essenciais de educação, saúde, moradia, migravam para as cidades em busca de melhores condições de vida. Esses migrantes passaram a inchar as periferias nas grandes cidades, aumentando significativamente o número de favelas.

Assim que terminou a Guerra, segundo LUCCHETTI (2012), os Estados Unidos criaram o Plano Marshall para reconstruir a Europa Ocidental, e assim impedir que esses países fossem anexados à área de influência da URSS. O Brasil tendo participado diretamente da Guerra, propôs aos norte-americanos que se criasse um plano análogo para a modernização da América Latina. O governo norte-americano se comprometeu a modernizar a agricultura brasileira, conforme o ponto IV do Plano de ajuda que fora destinado aos países não europeus, e criar uma comissão mista, para traçar um plano estratégico de modernização da agricultura

brasileira. Essa modernização concretizou-se por meio da ampliação do Ministério da Agricultura, com a criação do Serviço de Informação Agrícola, e da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), com estrutura específica em cada região.

Dutra adotou os princípios do liberalismo como norte da política econômica, assim, mostrou-se favorável à entrada de capital estrangeiro e entregou a iniciativa privada, ao contrário do que fizera Vargas, a tarefa de dirigir o desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo, o governo favoreceu as importações, provocando o esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a Segunda Guerra, levando a economia do país a depender cada vez mais do capital estrangeiro. Como consequência disso a inflação e o desemprego aumentaram. Manifestações de descontentamento coletivo e greves tornaram-se cada vez mais frequentes. E como reflexo da Guerra Fria, Dutra iniciou uma campanha anticomunista. Assim, em 1947, o governo rompeu as relações diplomáticas com União Soviética declarou o PCB ilegal, e em 1948 cassou os mandatos da bancada comunista no Congresso.

Tais medidas provocaram grande insatisfação em vários setores da sociedade. O resultado disso se deu nas eleições presidenciais de 1950, Getúlio Vargas é eleito pelo PTB, com mais 3,8 milhões de votos. Skidmore explicando como Vargas conseguiu o apoio além das massas operárias, também dos setores tradicionais do poder, afirma,

Getúlio Vargas também trabalhou para manter vínculos como os setores tradicionais do poder. Muitos caciques políticos estaduais agora no poder haviam se beneficiado de seu governo, e os industriais de São Paulo deviam muito a ele pelas vantagens obtidas no seu esforço de guerra. Finalmente, como fazendeiro do Rio Grande do Sul, Getúlio desfrutava da simpatia dos proprietários que lhe eram gratos por ele nunca ter ameaçado o sistema de posse de terra. Para eles, sua recente orientação populista era puramente para consumo urbano, não passando, portanto, de uma estratégia com a qual podiam conviver satisfatoriamente. (SKDIMORE, 2003, p. 186)

Com Vargas mais uma vez na presidência, o nacionalismo e trabalhismo retornaram ao centro da política do Brasil, assim como a intervenção do governo na economia. Em 1951 o governo anunciou um plano quinquenal que destinaria cerca de 1 bilhão de dólares a investimentos na indústria de base, transporte e energia. Em 1952, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e, no ano seguinte criou a Petrobras.

Em 1954, Vargas aumentou o valor do salário mínimo em 100 por cento, o que despertou forte descontentamento entre os empresários e chefes militares. O deputado Carlos

Lacerda da UDN, era a principal liderança oposicionista, que por meio de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, lançava duras críticas numa agressiva campanha contra o presidente e seus aliados. Em agosto de 1954, Lacerda sofreu um atentado que provocou a morte de um de seus seguranças, que era major da Aeronáutica. As investigações apontaram o guarda-costas de Vargas como mandante do atentado, o que agravou a crise política. Parlamentares udenistas passaram a exigir a imediata renúncia do presidente. Getúlio, pressionado suicidou-se deixando uma carta testamento, que comoveu o país.

Ao longo dos dezesseis meses seguintes o Brasil foi governado por três presidentes. Café Filho, garantiu a realização das eleições presidenciais em outubro de 1955, como previa a Constituição. As eleições foram vencidas pelo ex-governador de Minas, Juscelino Kubitschek, candidato pelo PSD, e para vice foi eleito João Goulart, do PTB.

JK chegou à presidência prometendo realizar em cinco anos de mandato o que outros presidentes levariam cinquenta. O governo elaborou um plano de metas, um conjunto de medidas destinados a promover o desenvolvimento global da economia brasileira. O plano previa a aplicação de vultosos recursos nas áreas de energia, transporte, indústria de base, educação e alimentação. Os três primeiros setores foram os mais beneficiados, recebendo a maior parte dos investimentos. Com o crescimento econômico, o aumento do poder aquisitivo fortaleceu as classes médias urbanas, que passaram a consumir novos produtos. Por sua prosperidade, e pelo otimismo despertado, esse período ficou conhecido como anos dourados. Embora essa prosperidade não chegou para todos como veremos mais adiante, quando analisaremos a situação do campo e dos trabalhadores rurais nesse período

## **2.1. A Igreja no Brasil nas décadas de 1940 a 1950**

Governava a Igreja o Papa Pio XII, e assim que terminou a Guerra, enviou como Núncio Apostólico para o Brasil, Dom Carlos Chiarlo. O novo núncio tinha duas prioridades entre outras, “Despertar a Igreja para os desafios do desenvolvimento, bem como sensibilizá-la para as questões da alimentação e do desenvolvimento da agropecuária (Lucchetti, 2012).” Dom Carlo Chiarlo ao chegar ao Brasil escolheu como Conselheiro da nunciatura para os assuntos brasileiros, o padre Hélder Câmara, que na época era o Assistente Geral da Ação Católica Brasileira.

A Ação Católica, foi um movimento de apostolado leigo, que passou a ser assumido universalmente pela Igreja no pontificado de Pio XI, predecessor de Pio XII, dentro de um contexto de mudanças sociais e políticas que marcaram seu pontificado, como a laicização do Estado, a ascensão de ideologias e regimes totalitárias como o fascismo e nazismo de um lado



e o comunismo soviético de outro, a Ação Católica foi considerada como uma das alternativas para responder aos desafios enfrentados pela Igreja no período.

O padre Hélder Câmara como Conselheiro da Nunciatura Apostólica para assuntos brasileiros, foi enviado pelo Núncio para participar de importantes eventos, relativos ao desenvolvimento de regiões, como o Nordeste, Amazônia e Vale do Paraíba, e ao mesmo tempo com a missão de articular os bispos dessas regiões a fim despertá-los para os problemas do desenvolvimento, de modo especial o desenvolvimento agrário. Esta iniciativa demonstrou a necessidade de que o episcopado brasileiro tivesse uma articulação sistemática e permanente, levando os bispos brasileiros liderados por Dom Hélder, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em outubro de 1952.

A Igreja no Brasil, a partir de então passou a estar atenta aos problemas sociais do país, e a Arquidiocese de Natal no Rio Grande do Norte foi a precursora nesse sentido. A cidade de Natal enfrentava graves problemas sociais, a construção de pistas de pouso na base aérea de Natal feita pelos Norte-americanos durante a Guerra, atraiu um elevado número de migrantes, vindos principalmente do interior do estado, principalmente a partir de 1942, ano em que o semiárido nordestino vivia uma longa estiagem. Isto fez com que a cidade de Natal experimentasse um crescimento desordenado, a sua população quase duplicou em poucos anos. Com o fim da Guerra foi desativada parcialmente a base aérea, e com a redução do fluxo econômico gerado pelo esforço bélico, a cidade enfrentou uma grande crise, e a Arquidiocese se preocupava em ajudar a solucionar esses problemas. O grande desafio era como atender as populações que viviam nas periferias da cidade e ao mesmo tempo encontrar novos empreendimentos econômicos capazes de substituir a economia de guerra, que provocara a aglomeração populacional.

Este desafio chamou a atenção da Igreja para outro desafio permanente, enfrentado pelas populações interioranas periodicamente, a inviabilidade do nível tecnológico com que se praticava no semiárido a atividade agropecuária, consequência em grande parte, da estrutura fundiária e social, que impediam o seu desenvolvimento. Angela Neves Lucchetti afirma,

Esta tomada de consciência levou a Arquidiocese de Natal em articulação com as duas Dioceses sufragâneas, de Mossoró e Caicó, a buscar respostas a esse quebra cabeça. Em 1949, sob a liderança do Padre Eugênio Sales, da Arquidiocese de Natal, foi criado o Serviço de Assistência Rural- SAR, com o objetivo de elevar o nível de vida das populações interioranas, proporcionando-lhes condições para que conduzissem o seu próprio desenvolvimento. Essa iniciativa prosperou, ampliou-se e

assumiu grandes proporções, transformando-se no que se convencionou denominar de Movimento de Natal. (LUCCHETTI, 2012, p. 17)

As novas perceptivas de vivência e atuação pastoral da Igreja, promovidas pelo Núncio Apostólico e pelo Pe. Hélder Câmara, em nível nacional, por meio de eventos, fomentando iniciativas como as promovidas pelas dioceses potiguares, em várias regiões do Brasil. Tanto em Natal como também nas várias dioceses, onde nasciam diversas experiências, era claro a necessidade de formar os padres que atuavam junto as populações rurais, dentro dos novos horizontes da ação pastoral, “fomentar comunidades eclesiais vivas, que, ao mesmo tempo se colocassem a serviço do desenvolvimento humano das populações em que estavam inseridas (LUCCHETTI, 2012).”

O padre Hélder Câmara organizou em 1950, na Universidade Rural do Rio de Janeiro, um curso de longa duração para padres que trabalhavam com as populações rurais de várias regiões do país, esse curso tinha como objetivo fazer com que esses padres se tornassem multiplicadores das novas perspectivas da ação pastoral da Igreja no meio rural brasileiro. O curso foi dirigido por Monsenhor Ligutti, que era na época o representante do Vaticano na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). A formação dos padres rurais, foi conduzida posteriormente de forma sistemática, na Arquidiocese de Natal, promovendo anualmente cursos intensivo de 10 dias no mês de janeiro de cada ano. Destacou-se nessa nova orientação pastoral a paróquia de São Paulo do Potengi do Monsenhor Expedito no agreste do Rio Grande do Norte.

No final da década de 1930 e início da década de 1940, a Juventude Operária Católica (JOC), começou a ser implantada no Brasil, seguindo o modelo formulado pelo Pe. Belga Joseph Cardijn. E no mesmo período, padres canadenses que atuavam nos colégios Católicos da cidade São Paulo, iniciaram a formação dos primeiros grupos da Juventude Estudantil Católica (JEC). A partir do final da década de 1940 a Ação Católica Brasileira influenciada por esses movimentos, passou a se organizar de maneira especializada. Em 1950 foi oficialmente adotado o modelo de Ação Católica especializada por meio social, baseada no método ver-julgar-agir, tanto no nível dos movimentos de juventude como de adultos, pela Comissão Episcopal criada para supervisionar a Ação Católica Brasileira.

Nessa perspectiva de Ação Católica especializada, além da JOC e da JEC foram surgindo outros movimentos, a Juventude Agrária Católica (JAC); a Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Independente Católica (JIC), que se limitou ao movimento feminino, para jovens das classes médias urbanas, que haviam terminado os estudos e dedicavam-se a

uma atividade profissional e preparavam-se para o casamento. E ao longo da década de 1950 foram surgindo os movimentos correspondentes adultos.

A CNBB, teve inicialmente sua estrutura baseada em grande parte na estrutura da Ação Católica, que a partir da sua criação em 1952, passou a ser vinculada. Por muitos anos D. Hélder Câmara foi ao mesmo tempo Assistente Geral da Ação Católica e Secretário Geral da CNBB. E foi nesse contexto social e eclesial do Brasil que nasceu e se desenvolveu a Juventude Agrária Católica brasileira.

## **2. 2. A situação agrária do Brasil**

. No Nordeste, onde a JAC surgiu e se desenvolveu primeiramente, a estrutura agrária, como nas demais regiões do Brasil, tanto nas zonas dedicadas à pecuária, como nas zonas agrícolas, predominava o latifúndio absorvendo o minifúndio. Uma minoria de grandes proprietários concentrava e suas mãos a maior parte das terras, enquanto isso a maior parte da população restava as sobras, comprimidas pelas grandes propriedades. E uma das principais consequências dessa situação é a abundante disponibilidade de mão de obra, como afirma Caio Prado Júnior, em seu livro a “A questão Agrária no Brasil”, escrito no final anos 50 e início dos anos 60.

Um das principais consequências dessa situação, senão a principal, é a abundante disponibilidade de mão de obra que ela gera. Trata-se da considerável parcela da população rural que, devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover a sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se pôr a serviço dos grandes proprietário e fazendeiros. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 317)

A concentração fundiária que caracteriza de modo geral a estrutura agrária do Brasil ainda hoje, é reflexo da natureza de nossa economia, da mesma maneira que é também resultado da formação do país desde o início da colonização portuguesa e que foi perpetuada ao longo de nossa história. A colonização e ocupação do território brasileiro constituíram, desde os primórdios um empreendimento mercantil.

(...) a utilização da terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 326)

A grande exploração agromercantil de extensa base territorial, figurava no centro das atividades rurais brasileiras na maioria das regiões geoeconômicas do país. A atividade econômica girava em torno da produção de algum gênero de grande valor comercial, deixando em segundo plano, principalmente os gêneros necessários a subsistência da população dos trabalhadores rurais.

Em relação a remuneração dos trabalhadores rurais, pode-se distinguir três formas diferentes, que em algumas regiões e ocasiões podem se combinar e variar, o pagamento em dinheiro através de um salário; em parte do produto; e com a concessão ao trabalhador do direito de usar, com culturas suas ou ocupar com suas criações uma parcela da terra do proprietário na qual trabalhe. Prado Júnior comentando sobre a as consequências da concentração fundiária diz,

Uma das principais consequências dessa situação, senão a principal, é a abundante disponibilidade de mão de obra que ela gera. Trata-se da considerável parcela da população rural que, devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover a sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se pôr a serviço dos grandes proprietário e fazendeiros. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 317)

Essas circunstâncias tornam possível o grande estabelecimento agromercantil, porque se não houvesse abundante mão de obra disponível, não existiria o grande estabelecimento agropecuário, o engenho, a usina, que é a base da estrutura econômica agrária do Nordeste e do Brasil. Assim podemos perceber que a concentração da propriedade fundiária tem dois efeitos, permitir ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente para o seu desenvolvimento, e assegurar mão de obra disponível e barata.

No Nordeste, os trabalhadores rurais podem ser divididos em duas categorias principais, particularmente nas zonas canavieiras, são eles: os moradores e os foreiros. Os moradores são trabalhadores permanentes, que moram próximos aos canaviais, pagos com salários e que dispõem de uma pequena parcela de terra geralmente em volta de suas moradias, para cultura de subsistência. Já os foreiros moram em sítios mais distantes no qual cultivam a terra por sua própria conta, e pagam anualmente o “foro”, espécie de aluguel ao proprietário, e em épocas de safra, são obrigados a trabalharem gratuitamente nas lavouras do proprietário, esse costume é chamado popularmente de “cambão”.

Nas regiões algodoeiras, tanto no nordeste com em São Paulo, os trabalhadores são meeiros, eles ficam com parte do algodão colhido, e também lhes é permitido o cultivo de

gêneros de subsistência de que às vezes, pagam meação ao proprietário. No sertão nordestino, região que predomina a pecuária, o vaqueiro, que é o trabalhador que cuida do gado, recebe como pagamento a “quarta”, um bezerro de cada quatro nascidos. Essa prática é tradicional e é mantida desde a colonização portuguesa, além da “quarta”, o vaqueiro podia cultivar culturas próprias em parceria com os proprietários.

Em todas essas categorias de trabalhadores rurais verifica-se a precarização do trabalho, e que é a essência das relações de trabalho na agropecuária brasileira, é a prestação de serviços, mesmo nos casos dos meeiros e dos vaqueiros que toma uma aparência de sociedade, na verdade não passa de uma prestação de serviço que é paga não com salários mas com outras formas de pagamentos, como esclarece Caio Prado Júnior:

Assim é na concessão de terras para culturas próprias do trabalhador, o que notoriamente nada mais constitui que um meio de fixar esse trabalhador na propriedade e tornar assim a prestação de serviços de que o proprietário tem necessidade mais estável e segura. É assim também quando o trabalhador recebe uma parte do produto. Formalmente, teríamos aí uma aparência de parceria. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 337)

A agropecuária brasileira assim se constitui um empreendimento essencialmente mercantil, e que devido suas origens históricas, as relações de trabalho trazem restos escravistas e servis. Considerando que desde o início da colonização a escravidão foi a base da economia mercantil brasileira. Desse modo depois da abolição da escravidão, os calasses dominantes que detinham os meios de produção e sobretudo a posse da terra concentrada em suas mãos, aproveitaram-se dessa tradição escravista ainda muito viva para intensificar a exploração dos trabalhadores.

Para garantir a exploração agromercantil a grande propriedade rural é mantida intacta, não sendo afetada pela subdivisão da propriedade agrária, o que seria natural, já que no nosso direito sucessório não existe o privilégio da primogenitura, e os bens são partilhados entre todos os herdeiros de modo igual. Mas não é isso que acontece com as grandes propriedades, elas são transmitidas as gerações sucessivas preservadas da subdivisão. Enquanto a grande propriedade oferece considerável resistência ao fracionamento, a pequena propriedade, ao contrário não oferece nenhuma resistência a partilha sucessória. A consequência disso é o fracionamento da pequena e média propriedade, que ocorre comumente no Nordeste. O fracionamento das pequenas propriedades, leva ao progressivo empobrecimento dos pequenos proprietários que muitas vezes se veem nas mesmas condições dos trabalhadores sem-terra.

A grande exploração se beneficia dessa situação duplamente, os pequenos proprietários são forçados a alhear sua força de trabalho para sobreviver, aumentando a oferta de mão de obra e conseqüentemente reduzindo seu custo, e o crescente número de pequenas propriedades inviáveis, ficam expostas a serem absorvidas pela grande propriedade. A pequena propriedade é desse modo marginalizada principalmente pelo Estado, que concede benefícios e incentivos que só favorecem os grandes proprietários, deixando a pequena propriedade desprovida de qualquer ajuda estatal. Assim podemos concluir que a grande exploração agromercantil e a concentração fundiária são responsáveis pela miséria da população rural brasileira, como afirma Caio Prado Júnior falando sobre a situação dos trabalhadores rurais no período.

Na situação atual de grande concentração da propriedade rural e inexistência de terras aproveitáveis acessíveis à grande maioria e quase totalidade da população trabalhadora rural, não existe para essa população outra expectativa de trabalho e ocupação que aceitar aquelas condições desfavoráveis de trabalho e emprego e se sujeitarem à brutal exploração que caracteriza as relações de trabalho no campo. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 359)

Destacamos que nesse período ainda não existia nenhuma legislação que protegesse o trabalhador rural, ficando os mesmos desamparados e a mercê da brutal exploração que caracteriza as relações trabalho rural no Brasil. Somente em 1963 no governo de Jango, que a Legislação social-trabalhista foi estendida ao campo, embora essas leis se tornaram letra morta com a Ditadura Militar. A principal reivindicação era que essa legislação, proporcionasse ao trabalhador rural proteção legal adequada que lhes assegurasse melhores condições de vida. Contudo o Estatuto do Trabalhador Rural teve uma grande falha, pois o que houve foi uma simples transposição da legislação trabalhista urbana para a rural, sem considerar as especificidades e as complexas relações de trabalho no campo, ficando assim desamparados grande parte dos trabalhadores rurais brasileiros, os parceiros ou “meeiros” que não eram considerados empregados.

Essa situação em que viviam os trabalhadores, motivou o surgimento de vários movimentos que lutavam contra a dura exploração a que estavam submetidos os trabalhadores rurais, desde movimentos organizados e orientados pela Igreja, com a Ação Católica Rural e a JAC, o sindicalismo rural, em alguns lugares fundados também sob a orientação da Igreja e as Ligas Camponesas, lideradas por políticos de esquerda, influenciados pelo socialismo.

## **CAPÍTULO II: A Juventude Agrária Católica, surgimento, organização, expansão e declínio.**

A Juventude Agrária Católica foi o último dos movimentos da Ação Católica Especializada a se organizar no Brasil. A JAC nasceu em 1947 na Diocese de Caicó no estado do Rio Grande do Norte, com Dom José de Medeiros Delgado, quando formou os primeiros grupos de base ou secções do movimento em sua diocese. Dom Delgado foi o primeiro bispo diocesano de Caicó, Angela Neves Lucchetti, refere-se a ele como “homem dinâmico, nordestino de nascimento e profundo conhecedor da região, iniciou na nova diocese um trabalho de renovação pastoral, tendo como suporte os princípios da Doutrina social da Igreja (LUCCHETTI, 2012).” É na região do Seridó no sertão do Rio Grande do Norte, num contexto de renovação pastoral, que surge a JAC, como um movimento que fazia parte de um plano pastoral diocesano, onde o homem era visto como sujeito do seu próprio desenvolvimento. Nesta nova visão de Igreja, a JAC é entendida como um movimento capaz de educar e promover a juventude rural, como fala Lucchetti,

Dom Delgado acreditava na necessidade de organização do homem rural, na importância das organizações cooperativas e de crédito, e numa Igreja identificada como os anseios do povo. Procurou organizar a Ação Católica Rural, a partir do modelo italiano, mais conhecido na época, que compreendia quatro setores: homens, senhoras, rapazes e moças. Em Caicó, o movimento jovem era, inicialmente, somente feminino, embora sua ação abrangesse toda a comunidade. Mais tarde, no início da década de 50 a JAC masculina veio a se organizar, graças ao trabalho do Padre João Penha Filho, em Lagoa Nova, paróquia da diocese de Caicó. (LUCCHETTI, 2012, p. 21)

Preocupado também em atingir os adultos do meio rural, Dom Delgado fundou a Liga Agrária Católica (LAC), que embora no Brasil não tenha se organizado enquanto movimento de forma mais ampla, a LAC atuou na diocese de Caicó dando apoio e organizando novos grupos de base da JAC. O movimento adulto só veio a se estruturar e desenvolver-se na segunda metade da década de 1960, sob a liderança do padre francês José Servat, a pedido de Dom Hélder Câmara, na época arcebispo de Olinda e Recife. O padre Servat organizou a Ação Católica Rural (ACR), que depois passou a ser denominada de Ação dos Cristãos no

Meio Rural, atuando principalmente como trabalhadores rurais do nordeste e outros estados brasileiros.

A JAC brasileira nasceu no sertão nordestino, a diocese de Caicó fica na região do Seridó do Rio Grande do Norte. No final da década de 1940, no Seridó diferente das outras regiões do nordeste, predominava a pequena e média propriedade, que vivia a base da pecuária de leite, do algodão, do plantio de milho, feijão, mandioca, jerimum, batata doce, como culturas de subsistência. Embora muito seco, o Seridó tinha na época uma economia que podemos considerar razoavelmente equilibrada, onde a carne-de-sol, o queijo de coalho de manteiga e a manteiga de garrafa, produzidos na região eram conhecidos por sua boa qualidade. Essa economia razoavelmente equilibrada e o predomínio da pequena e média propriedade, explica o fato do êxodo rural ser menos intenso do que nas outras regiões do nordeste.

A primeira secção jacista do Brasil se formou em Timbaúba, dirigida pela professora rural Beatriz Torres de Araújo e por Yara Rocha Diniz, que a convite de Dom Delgado se tornou dirigente diocesana. Yara, já militava na Ação Católica e ao assumir a direção da Juventude Agrária Católica Feminina (JACF) a nível diocesano, muito contribuiu para organização das primeiras jovens que integrariam os grupos de base da JACF em muitas paróquias do Seridó.

Aos poucos foi se organizando secções jacistas em São Fernando, São João do Sabugi, Cerro Corá, Carnaúbas dos Dantas, Jardim do Seridó, Cruzeta, Lagoa Nova, Ouro Branco, Currais Novos, Jucurutu, Acari e Sitio de Dentro. Inicialmente Lutegardes Gurgel de Araújo, dirigente da LAC coordenava as reuniões, função que depois as próprias jacistas assumiram. Dom Delgado nas primeiras reuniões com as jovens, explicava os objetivos da Ação Católica e da JAC, e como se devia trabalhar o método Ver- Julgar- Agir. A partir da pratica, o ideal jacista ia se concretizando na realização das atividades propostas pelos grupos de jovens, como comente Lucchetti sobre o primeiro grupo jacista:

As primeiras jacistas de Timbaúba eram doze jovens, filhas de sitiantes (nome dado aos pequenos proprietários) que se reuniam semanalmente, em círculos de estudo, procurando desenvolver um trabalho de cunho religioso e social. Como se depende da leitura de um "Livro de Atas" da secção de São Fernando, que ainda hoje existe, o movimento tinha um carácter eminentemente religioso, embora procurasse desenvolver também uma dimensão social, na medida que se preocupava com o aprimoramento da educação, a organização do lazer, o ensino de trabalhos manuais



(corte e costura, tricô, bordados, crochê) visando melhorar as condições financeiras das pessoas. (LUCCHETTI, 2012, p. 23)

Por meio dos Clubes Jovens a JAC atingia a comunidade como um todo. Timbaúba é hoje um importante centro de produção de bordados do Rio Grande Norte, fruto do trabalho iniciado pelas jacistas no final da década de 1940. Considerando as dificuldades da época, seja quanto à agressividade da natureza do semiárido nordestino, seja quanto aos meios de transportes e novo método utilizado pela JAC na ação pastoral, a atuação do movimento foi bastante significativa, atingindo 13 municípios da região.

A JAC do Seridó, inicialmente viveu sua experiência de forma isolada, pois não existia ainda uma coordenação nem a nível estadual nem nacional. Ao mesmo tempo em que os primeiros grupos de base jacistas iam se firmando na diocese de Caicó, o padre Hélder Câmara, que era Assistente Geral da Ação Católica Brasileira, no Rio de Janeiro, se preocupava com a urgência de se começar à realização de um trabalho a nível nacional da Ação Católica no meio rural.

O padre Hélder Câmara ao trabalhar com moradores das favelas do Rio de Janeiro, percebeu que a grande maioria daquelas pessoas eram provenientes do Nordeste e de áreas rurais, e que estavam ali em busca de melhores condições de vida e de trabalho, desse modo era preciso uma atenção específica a estas populações nas suas áreas de origem. Com o intuito de refletir sobre a problemática rural, o padre Hélder pediu a Ângela de Moraes Neves, militante da Juventude Estudantil Católica (JEC), que elaborasse um estudo da realidade agrária do município de Santa Maria Madalena no interior do Rio. O trabalho de campo foi acompanhado pelo padre, que elaborou um questionário para ser aplicado. Em 1948, o trabalho de campo de foi apresentado na III Semana Nacional de Ação Católica, com o título de “Uma Pesquisa no Meio Agrário”, realizada na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Pela primeira vez em uma Semana Nacional de Ação Católica se discutiu os problemas do meio rural. Participaram desta Semana, o padre Eugênio Sales da Arquidiocese de Natal-RN, Ligia Barcelos, da Liga Agrária Católica (LAC), movimento criado na diocese de Caicó-RN e Judite Mata Ribeiro, da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) de Pernambuco, todos envolvidos com a questão rural em seus estados.

O padre Hélder Câmara logo após a III Semana Nacional de Ação Católica, nomeou Ângela de Moraes Neves, como delegada nacional da Juventude Agrária Católica Feminina. A missão de Ângela Neves era conhecer e visitar as experiências da JAC que começava a

nascer no Brasil, especificamente no Nordeste, e favorecer a troca de experiências entre elas respeitando as diferenças regionais, mas cuidando que o movimento tivesse os mesmos objetivos, mesma mística e mesmo método de trabalho. Ângela Neves mantinha correspondência com as dioceses onde tinha o movimento, sempre atenta para que a JAC não se tornasse unicamente uma organização de ação social rural, mas que mantasse a identidade de um movimento da Ação Católica Especializada.

Assim começava se organizar a JAC a nível nacional, o secretariado nacional recebia publicações da JAC francesa e da Juventude Rural Católica (JRC) do Canadá. Tais publicações foram de muita importância para a fase de implantação do movimento nas diversas regiões do Brasil. Ao mesmo tempo que organizava a JAC a nível nacional o padre Hélder Câmara também organizou os movimentos de adultos no meio rural, indicando Ligia Barcelos como responsável pela LAC Feminina, João Gonçalves de Sousa da LAC Masculina, e nomeando o professor da Universidade Rural do Rio de Janeiro, Hilton Sales para delegado nacional da JAC Masculina.

Como Assistente Geral da Ação Católica o padre Hélder Câmara, demonstrando grande preocupação com os problemas do campo, conseguiu com o governo federal uma colaboração do Ministério da Agricultura, essa colaboração se deu através do Serviço de Informação Agrícola, seguindo o modelo americano, foram criadas as Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR). As equipes eram municipais e constituídas de um agrônomo e uma economista doméstica, que mensalmente visitavam e acompanhavam certo número de famílias rurais, a fim de melhorar o nível técnico, econômico e social. Desejava-se atingir até pequenos e médios proprietários.

Nesta época, tiveram destaque as Semanas Ruralistas, promovidas pelas dioceses em parceria com os governos estaduais, através das secretarias de agricultura; pelos municípios, através das prefeituras; e pelo Ministério da Agricultura, através do Serviço de Informação Agrícola (SAI). O objetivo das semanas ruralistas consistia em conjugar esforços para sensibilizar proprietários, técnicos, professores rurais e estudantes, levando-os a conhecer a problemática rural da região e, ao mesmo tempo, perceber a necessidade de melhorar seus conhecimentos agropecuários e promover a qualidade de vida das famílias rurais. (LUCCHETTI, 2012, p. 30)

As Semanas Ruralistas aconteceram no Rio Grande do Norte, nas cidades de, Caicó, Pau dos Ferros, Mossoró e Jundiá, sempre promovidas pelas dioceses em parceria com os órgãos estatais. Em 1950, a Semana Ruralista de Jundiá reuniu representantes de todas as

dioceses do estado, Natal, Mossoró e Caicó, com o apoio de Dom José Delgado e Dom João Portocarrero bispo diocesano de Mossoró, e organização do padre Eugênio Sales da Arquidiocese de Natal. Como resultado da Semana Ruralista de Jundiá os prelados potiguares elaboraram uma carta pastoral onde destacam, “(...) a necessidade de melhor se definir as atribuições da União dos municípios e dos distritos e recomendam a organização de cooperativas que atuem como intermediários entre o pequeno produtor e o consumidor. ”

Nesse período alguns bispos sobretudo do Nordeste, demonstraram grande preocupação com os problemas do meio rural, o fenômeno natural das secas, as injustiças salariais, exploração dos trabalhadores rurais sem direitos nem proteção do Estado, a concentração da terra, bem como também a falta de estruturas de apoio como sindicatos e cooperativas, e a falta de acesso a saúde e educação. Destacaram-se, Dom José de Medeiros Delgado, de Caicó; Dom Frenando Gomes dos Santos, de Penedo-AL; Dom Avelar Brandão Vilela, de Petrolina-PE; Dom João Portocarrero Costa, de Mossoró-RN; Dom Eugênio Sales, bispo auxiliar da Arquidiocese de Natal; e Dom Eliseu Simões Mendes que substituiu Dom Portocarrero na diocese de Mossoró. Esses prelados eram chamados de “bispos nordestinos”, e eles se juntaram depois, Dom Helder Câmara, cearense, radicado no Rio de Janeiro onde foi bispo auxiliar; Dom José Vicente Távora, arcebispo de Aracaju; Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha-MG; e Dom Edmundo Kunz, bispo auxiliar da Arquidiocese de Porto Alegre-RS e Assistente Arquidiocesano da JAC.

Merece destaque a Semana Ruralista realizada em 1950 pela Diocese de Campanha-MG, promovida por Dom Inocêncio Engelke, com a colaboração do Serviço de Informação Agrícola e do Ministério da Agricultura. Participaram deste evento o padre Helder Câmara, Ligia Barcelos, João Gonçalves e Ângela Neves como representantes do Secretariado Nacional da Ação Católica Rural.

Terminada a Semana, Dom Inocêncio publicou uma Carta Pastoral como resultado das reflexões feitas na mesma. A Carta Pastoral intitulada, “ Conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Rural”, teve grande repercussão na época e orientou a atuação da Ação Católica Rural em todo país. Dom Inocêncio na referida Carta Pastoral diz:

*Ficou célebre a confissão corajosa de Pio XII: o maior escândalo do século foi a Igreja ter perdido a massa operária. O Santo Padre pensava, sobretudo, nos operários das fábricas. É o caso de concluirmos, com coragem cristã, o pensamento do Pontífice: já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também o operariado rural. (ENGELKE, 1953, p. 3)*

Este trecho da Carta Pastoral deixa bem claro a preocupação da Igreja com as populações que viviam no meio rural, para que elas não se afastassem da influência da Igreja como havia ocorrido com as massas operárias na Europa, quando aderiram ao Comunismo, isso fica bem claro no título da Carta Pastoral e no subtítulo, “Antecipemo-nos à Revolução”. Continua Dom Inocêncio dizendo:

E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência nem vão ter necessidade de inventar coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais. Longe de nós, patrões cristãos, fazermos justiça, movidos apenas pelo medo. Antecipemo-nos à revolução. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja. (ENGELKE, 1953, p. 4)

É evidente o medo da Igreja e dos patrões que as agitações operárias que sacudiam as cidades chegassem ao campo, como afirma o bispo não era necessário esforço algum bastava se comentar a dura realidade em que viviam os trabalhadores rurais. Em 1950, ano desta Carta Pastoral, 70 % da população brasileira ainda vivia no campo. A essa população eram negados os direitos trabalhistas, estavam sujeitos a muitas formas de exploração no trabalho, e como consequência dessa situação se agravava o êxodo rural. Falando sobre a situação dos trabalhadores rurais, Dom Inocêncio questiona:

Ora é sabido que a situação do trabalhador rural é, em regra, infra-humana entre nós. Merecem o nome de casas os casebres em que moram? É alimento a comida de que dispõem? Pode-se chamar de roupas os trapos que vestem? Pode-se chamar de vida a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem visão, sem ideais? (ENGELKE, 1953, p. 4)

O documento destaca a importância de se ter um ensino escolar adaptado às necessidades do homem do campo, do ensino agrícola e de uma assistência médico-hospitalar, bem como também da urgência de uma séria reforma social agrária.

Participavam dessas semanas ruralistas, párocos rurais, fazendeiros e professores rurais, nelas se discutiam a situação dos trabalhadores rurais, e a urgência de se antecipar a uma temida revolução de Esquerda, para isso era necessário que os fazendeiros se antecipassem a Legislação Trabalhista, fazendo por conta própria uma ação social, orientada na Doutrina Social da Igreja. Isso fica bem claro quando o bispo se dirigindo aos fazendeiros em sua Carta Pastoral alerta:

Não leveis, com vossa atitude, à ideia errada de que o comunismo tem razão quando afirma ser a religião uma força burguesa. O cristianismo não se contenta com vossas esmolas- exige de vós justiça para vossos trabalhadores. Dai-lhes uma condição humana e cristã. E isso não com o pavor da revolta, mas por uma questão de fé, pois a fé nos ensina que, sendo todos filhos do mesmo Pai que está nos céus, somos todos irmãos. Há de haver na terra lugar para todos nós. Deus não errou a conta e o mundo há de abranger-nos sem necessidade de mutuamente nos devorarmos. (ENGELKE, 1953, p. 6)

É recorrente no documento a necessidade de que a Reforma social agrária fosse orientada pelos valores da Doutrina Social da Igreja e não pelo enfrentamento violento das classes. Para impedir uma revolução comunista era preciso humanizar o trabalho no campo e conseqüentemente diminuir as tensões sociais resultado da situação desumana em que viviam os trabalhadores rurais. Humanizar o trabalho na visão dos semanistas explicitado na Carta Pastoral significava, a difusão do ensino escolar adaptado às necessidades dos jovens camponeses; proporcionar a esses jovens um ensino técnico agrícola; garantir o acesso a saúde; assegurar os trabalhadores rurais contra os acidentes de trabalho velhice e invalidez; fornecer crédito rural e facilitar o acesso a propriedade da terra. Esses eram os pontos fundamentais defendidos pelos semanistas para realização de uma reforma social agrária de acordo com os ensinamentos da Doutrina Social da Igreja.

A JAC se firmou primeiramente no Nordeste, o que pode explicar isso, foi o interesse por parte dos chamados “bispos nordestinos” por um trabalho de renovação pastoral e pela busca de soluções para os graves problemas do homem rural. Nas décadas de 1940 e 1950 já era bastante intensa a migração de nordestinos principalmente da população masculina para o Sudeste, sobretudo para São Paulo e Rio de Janeiro. Nos paus-de-arara, viajavam os homens nordestinos, principalmente jovens, que iam em busca de melhores perspectivas de vida e trabalho, nos grandes centros urbanos eram usados como mão-de-obra, sobretudo no setor da construção civil. O êxodo rural era mais intenso nos períodos de longa estiagem, havia localidades no interior do Nordeste, onde a população era predominantemente de mulheres, crianças e idosos, porque os homens eram forçados a migrar. Essa realidade dificultava o desenvolvimento da JAC Masculina no Nordeste, que se tornou uma JAC predominantemente feminina.

Em 1952 na cidade de Ponta Negra no Rio Grande do Norte, realizou-se a primeira Jacista do Brasil, com a participação de representantes da Arquidiocese de Natal, Caicó,

Mossoró e Limoeiro do Norte-CE. 38 jovens dessas 4 dioceses participaram da Semana Jacista, sendo 32 moças e 6 rapazes, o que confirma a predominância da JACF, participou também o padre José Freire Falcão, na época assistente diocesano da JAC de Limoeiro do Norte- CE, e que depois seria cardinal-arcebispo de Brasília.

Em poucos anos o movimento atingiu todo o estado do Rio Grande do Norte, graças ao apoio dos bispos diocesanos de Caicó, Dom Delgado, de Mossoró, Dom Eliseu Simões, e de Dom Eugênio Sales em Natal como bispo auxiliar. Dom Eugênio Sales mesmo antes de ser bispo, como padre havia iniciado com outros padres um trabalho pastoral de promoção humana junto às populações das periferias de Natal, esse trabalho depois se espalhou por toda arquidiocese.

Os primeiros grupos jacistas na Arquidiocese de Natal se organizaram nas Paróquias de Nova Cruz dirigidos por Maria Bezerra Pereira, e São Paulo do Potengi, com o Monsenhor Expedito de Medeiros. Também surgiram grupos em Taipu, onde o padre José Luiz fundou os primeiros núcleos da JAC Adolescente, e em Pendências, região salina surgiram os primeiros grupos da JAC Masculina, com Osmar Sena e José Rodrigues.

Para coordenar a atividade social rural da arquidiocese foi criado pelo padre Eugênio o Serviço de Assistência Rural (SAR). Por meio do SAR, era feito um trabalho de formação de cooperativas, sobretudo artesanais, de escolas radiofônicas, de sindicalismo rural, nos quais muitos jacistas estavam envolvidos. Com o SAR, a JAC foi um elemento muito importante de renovação pastoral e de promoção humana no meio potiguar. (LUCCHETTI, 2012, p. 33)

Angela Neves Lucchetti destaca a importância do padre Eugênio Sales na organização da Ação Católica Rural no Rio Grande do Norte, e das atividades desenvolvidas pelos jacistas por meio do SAR por ele criado. Até hoje ex-jacistas que militaram nesse período, atuam em áreas como o sindicalismo rural, José Rodrigues é um deles. Dom Eugênio, já como bispo auxiliar, foi o responsável pela difusão e organização do movimento a nível diocesano na Arquidiocese de Natal.

A JAC chegou a Paraíba no início dos anos 50, foi no Brejo paraibano, uma área relativamente úmida e verde na encosta da chapada da Borborema, que surgiram os primeiros grupos de base, nas paróquias de Alagoa Grande, Areia, Remígio e Solânea. Os assistentes do movimento eram os próprios vigários locais, o padre Epaminondas José de Araújo de Alagoa Grande, o Monsenhor Rui Barreira Vieira, de Areia e Remígio e o Monsenhor José Fidelis, de

Solânea. O movimento se estendeu também a região do Agreste na diocese de Campina Grande, nas paróquias de Esperança e Pocinhos.

Destacaram-se na formação dos primeiros grupos de base jacistas no Brejo, as militantes, Ignácia Maria da Conceição de Alagoa Grande e Rita Carlos de Lima e Diva Carneiro de Remígio. Por meio do empenho e dedicação dessas jovens novos grupos foram se firmando em muitas localidades de suas paróquias, sempre apoiadas pelos párocos que se tornavam assistentes de base das novas secções. Gradativamente foram surgindo novas secções jacistas em outras regiões paraibanas como em Itabaiana e Salgado de São Felix.

O movimento chegou ao Ceará nesse mesmo período, em Apuiarés e no Vale do rio Jaguaribe na Diocese de Limoeiro do Norte, tendo como assistente o Pe. José Falcão Freire. Aos poucos o movimento foi se firmando na diocese cearense, de tal maneira que em 1954, sediou o primeiro Encontro Nacional da JAC. E no Pernambuco os primeiros grupos foram formados na Diocese de Nazaré da Mata. A paróquia de Limoeiro, foi um centro do movimento, liderado pelo Pe. Otávio Aguiar, que depois seria assistente nacional da JAC. Neste período o movimento ainda era somente feminino, formados principalmente por jovens professoras rurais, que preocupadas com o alto índice de analfabetismo entre a juventude rural, dedicavam-se entre outras atividades a organização de cursos noturnos de alfabetização, como diz Angela Neves Lucchetti,

Na JAC, a maioria dos jovens era analfabeta e não tinham condições de frequentar escolas; por isso houve preocupação de organizar cursos noturnos de alfabetização, como uma atividade do movimento, ao mesmo tempo, em que se levavam os jovens a tomar consciência dos seus problemas e das duras condições de trabalho em que viviam. Nas reuniões discutia-se como se poderia melhorar a vida no campo, as ações que deveriam ser implantadas com os outros jovens e com a participação de toda a comunidade. Avaliavam-se os trabalhos realizados. (LUCCHETTI, 2012, p. 35)

Nestes cursos noturnos os militantes aproveitavam a oportunidade para ensaiar cantos e diversões para animar as reuniões jacistas, e também para animar as atividades recreativas organizadas pelo movimento, aos domingos nas comunidades.

### **3. 1. Desenvolvimento e declínio da JAC (1955-1967) e (1968-1972)**

A partir de 1955 a JAC amplia e aprofunda sua ação no Brasil, o movimento entra numa nova fase que vai se estender até 1968. É importante destacar que no início da década de 1960

aconteceu o Concílio Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII e concluído por Paulo VI em 1965, no qual o episcopado brasileiro esteve bastante envolvido. Os documentos conciliares tiveram grande influência nas novas orientações pastorais adotadas pelos bispos no Brasil, que visavam a promoção humana dos indivíduos e do conjunto da sociedade em todos os seus níveis.

Nesse período a JAC foi chegando aos outros estados nordestinos, na Bahia o movimento nasceu na Paróquia de São Miguel das Matas, na diocese de Amargosa, expandindo-se para outros municípios como, Laje, Milagres, Amargosa, Jequié, Paraíso, entre outros. O Pe. Gilberto Vaz Sampaio era o assistente diocesano e contava sempre com o auxílio do Pe. José Clarêncio. O movimento também atuou em paróquias da Arquidiocese de Salvador e na diocese de Feira de Santana.

Vários militantes baianos se engajaram no movimento e integraram a equipe estadual e nacional da JAC, Maria Julia dos Santos e Francisca Maria Carneiro, participaram da equipe nacional, Leda Andrade foi dirigente estadual da Bahia e Terezinha Souza iniciou o movimento na diocese de Propriá em Sergipe, depois se tornando dirigente estadual de Sergipe.

Sergipe, com o apoio de Dom Fernando Gomes, bispo de Aracaju, teve suas primeiras seções jacistas nas paróquias de Itabaiana, Frei Paulo e Japaratuba, no final da década de 1950. E no início da década 60 o movimento chega zona canavieira pernambucana, embora a JAC já atuasse na região do agreste desde os anos 50, a realidade era diferente e ainda mais desafiadora para os militantes. O trabalho jacista na zona canavieira era feito com os jovens trabalhadores das usinas e engenhos de açúcar, onde predominava os latifúndios, enquanto no agreste eram as pequenas e médias propriedades que predominavam. Santana Terezita Costa, José Manoel e Cleonice Silva Viana, e com a assistência do Pe. Paulo Crespo iniciaram os primeiros grupos de base na paróquia de Jaboatão atingindo os municípios de Moreno e Vitória de Santo Antão. Falando sobre a atuação da JAC na zona canavieira pernambucana, Anjela Neves Lucchetti diz:

As reuniões com os jovens eram nos sábados à tarde quando vinham também representantes dos engenhos para revisar e planejar as ações. Assim os jovens iam pouco a pouco se organizando, tomando consciência da situação sub-humana e exploradora em que viviam; dos seus valores como pessoas e da importância de se unirem para buscar melhores condições de vida. Muitos dos simpatizantes e militantes da JAC, nesta região eram trabalhadores sócios do sindicalismo rural. Daí



que, para atender às necessidades deles eram promovidos sempre estudos sobre a Reforma Agrária e o sindicalismo rural. (LUCCHETTI, 2012, p. 41)

No Maranhão a JAC chega em 1961, com os permanentes, João Meira Lima e Maria dos Anjos Oliveira, enviados para iniciar e acompanhar os primeiros grupos de base, e depois com José Cândido Cavalcante, prosseguiu com o trabalho jacista no estado. Também no início dos anos 60 o movimento nasce no Piauí, com Dinaura Camargo e os padres José Anchieta, Mateus e Djalma Rodrigues, na diocese de Oeiras.

A JAC nos anos 50 e início dos anos 60 chega ao estado de São Paulo, nos estados da região Sul e em Goiás. O movimento destacou-se no Rio Grande de Sul, “graças ao entusiasmo e dedicação de Dom Edmundo Luiz Kunz, bispo auxiliar de Porto Alegre (LUCCHETTI, 2012).” Difundindo-se em muitos municípios gaúchos, principalmente entre as colônias formadas por famílias de origem alemã e italiana, em sua maioria pequenos agricultores.

Nos primeiros 13 anos de existência da JAC no Brasil, percebemos como aos poucos o movimento foi espalhando pelo Brasil, atingindo 4 das 5 regiões brasileiras. O movimento foi se consolidando nos estados e dioceses onde recebiam maior apoio da hierarquia Católica, que estava preocupada com a urgente renovação pastoral, e que refletindo sobre a situação do homem do campo, se sensibilizava e procuravam fazer alguma coisa no sentido de enfrentar os muitos e graves problemas dos agricultores brasileiros. Sem leis trabalhistas que o protegessem das várias formas de exploração, sem terra para trabalhar, sem acesso à educação e saúde, sem salários dignos, e sem organização de classe como sindicatos e cooperativas, o homem rural brasileiro desse período se via sem expectativas de um futuro com melhores condições de vida.

Angela Neves Lucchetti ao falar sobre os limites de atuação do movimento e quem foi atingido por ele diz,

Tanto no nordeste quanto no Sul, o movimento atingiu inicialmente filhos de pequenos agricultores e jovens de povoados e de pequenas cidades do interior. A JAC teve dificuldade de trabalhar com os assalariados rurais. Talvez, por não compreender essa realidade, a JAC não tinha projeto para atuar junto a eles. Temos que lembrar que seus militantes vinham da pequena e média propriedade rural. Sendo do mesmo ambiente de onde provinham a maioria das freiras, padres, e bispos da Igreja Católica. Igualmente a Igreja apresentava a mesma dificuldade, por negar a existência de classe social contraditória entre si. (LUCCHETTI, 2012, p. 50)

A partir dos anos 60 a JAC em contato com os outros movimentos da Ação Católica Especializada, passa a ter uma visão mais ampla e crítica da realidade social e política do Brasil, e da própria Igreja, e também da necessidade urgente de reformas estruturais no país.

Na vida concreta, muitos dirigentes da JAC, inúmeros militantes e grupos de base se defrontavam com o poder dominante, representado especialmente pelo latifúndio no Nordeste e outros Estados, e intermediários e atravessadores na região Sul. Isto era mais intenso em áreas do Nordeste, São Paulo e menos em Minas Gerais e Goiás, onde a JAC se relacionava estreitamente com entidades tipo MEB- Movimento de Educação de Base, Ligas Camponesas, organizações políticas de esquerda e outras organizações. No Rio Grande do Sul também se verificaram casos de perseguição, controle de atividades, interrogatórios, pressão sobre o trabalho de militantes e outros. (LUCCHETTI, 2012, p. 80)

Durante a ditadura o movimento passou a ser perseguido como os demais movimentos da Ação Católica Especializada, levando a JAC a reorientar sua ação a partir da realidade sócio econômica e política do país, embora não se envolvendo de forma direta em atividades políticas de luta contra a ditadura, os militantes em seus núcleos de base se confrontavam com os grupos dominantes e foram reprimidos pelo regime.

Neste novo contexto principalmente depois de 1967, quando a repressão foi se tornando sistêmica, a JAC se viu obrigada a rever suas linhas de ação e de orientação, estrutura e metodologia, principalmente pensando na segurança dos dirigentes e militantes. As equipes regionais, estaduais e nacional foram sendo substituídas por coordenações flexíveis, não mais com sedes e residências fixas. Começou-se a tomar cuidados básicos de segurança, procurando evitar reuniões públicas, sem exposição aos meios de comunicação, os militantes viajavam em rotas alternativas evitando-se expor a organização e os companheiros.

De 1968 a 1972 a JAC continuou atuando praticamente de forma clandestina, quando passa a ser denominado, Movimento de Evangelização Rural-MER. Com o endurecimento da Ditadura, tornou-se difícil o trabalho dos movimentos de Ação Católica Especializada. “Palavras como conscientização e militante, entre outras, passaram a ser consideradas por alguns como perigosas, como indícios de comunismo (LUCCHETTI, 2012, p. 84).” Em todos os níveis, dirigentes e militantes dos movimentos juvenis católicos foram pressionados, alguns foram até mesmo presos arbitrariamente como subversivos. O clima de medo e insegurança levou ao fechamento temporário do secretariado regional da JAC do Nordeste, que tinha sua sede em Recife. Os assistentes e permanentes tiveram que voltar aos seus

estados de origem, até que houvesse condições de prosseguir com o trabalho, os que continuaram atuando depois disso o fizeram de modo muito cauteloso e tiveram que reduzir suas atividades.

A repressão foi mais intensa em algumas regiões que outras, na zona canavieira pernambucana, o movimento foi duramente reprimido, como relata a militante Santana Costa:

Nas Usinas, as porteiras e estradas passaram a ser vigiadas. Os chamados “fiscais de cana”, capatazes, passaram a fiscalizar quem entravam nas usinas. Os responsáveis pelo Movimento eram perseguidos, outros se escondiam para não serem presos. Famílias se mudaram do meio rural para as cidades. Não havia quase mais trabalho no campo e muita gente foi despedida das usinas e engenhos. Diante dessa situação, jovens simples e pouco instruídos, cujo objetivo era trabalhar por um mundo rural mais humano, mais justo e mais cristão, se tornaram aparentemente “perigosos” para os que detinham o poder. Nessa época, os encontros passaram a ser não só de jovens, mas também de adultos, sempre com objetivo de formar lideranças cristãs, conscientes e responsáveis. (LUCCHETTI, 2012, p. 84)

As atividades desenvolvidas pela JAC, como, aulas de alfabetização segundo o método de Paulo Freire; aulas de economia doméstica; enfermagem prática; curso de parteiras; organização de sindicatos rurais e programas de rádio com orientações política e de saúde, eram vistas como atividades perigosas e subversivas. É nesse contexto de tensão política e repressão, que a coordenação do movimento se viu obrigada a desativar o Secretariado Nacional da JAC no Rio de Janeiro, encerrando assim suas atividades. Nos anos 70 os movimentos da Ação Católica Especializada já não recebiam o mesmo apoio da hierarquia Católica do Brasil, tudo isso contribuiu pra a dissolução da JAC. Os dirigentes e permanentes voltaram a seus estados de origem, e procuraram outras formas de engajamento nas novas pastorais da Igreja e alternativas de trabalho. Somente anos depois do fim da ditadura, que os ex-jacistas voltaram a se encontrar, e a partir de 1998 organizou-se encontros nacionais que reúnem ex-militantes, os ENEJAC. Foi nesses encontros que surgiu a ideia de se escrever um livro que registrasse a existência e atuação do movimento no Brasil, já que a maior parte da documentação do Movimento foi destruída ou perdida durante o Regime Militar. O livro foi publicado em 2012, baseado nos poucos documentos oficiais que restou e em depoimentos de ex-assistentes eclesiais e ex-jacistas, com o título, “História e organização de jovens camponeses cristãos 1947-1972”. Esse livro serviu como principal fonte de pesquisa deste trabalho.

### 3.2. A Juventude Agrária Católica em Alagoa Grande-PB

Alagoa Grande situada na microrregião do Brejo paraibano, na época em que a JAC nasceu tinha aproximadamente 30 mil habitantes, era um município que se destacava na produção e beneficiamento do agave. “Do final da década de 40 até a metade da de 60, Alagoa Grande, foi o município que mais beneficiou a agave na Paraíba (quando nosso estado era o recordista nacional) (FREIRE, 1996, p.20).” Pois não só produzia mas também recebia a produção do Brejo e do Cariri. Além do agave Alagoa Grande foi na primeira metade do século XX grande produtora de algodão, embora o algodão e cana de açúcar já eram cultivados desde o início da ocupação portuguesa no século XVIII.

Até o final da década de 50, segundo José Avelar Freire, havia cerca de 50 engenhos funcionando no município, onde moravam e trabalhavam milhares de trabalhadores rurais. Falando sobre esse período Freire diz,

Mas, chegou a década de 60, e a nossa economia, já não tão sólida como no início dos anos 40, quando começou a ser afetada (com pouca profundidade) pelo avanço das plantações agaveiras na caatinga e no brejo, provocando o primeiro êxodo rural no município e de forma mais marcante com a queda dos engenhos na década de 60, obrigando um número bem maior de moradores a deixarem a zona rural, começou logo nos primeiros anos a enfrentar uma concorrência que seria fatal para a agave e o algodão, e para a situação econômica de Alagoa Grande como um todo. (FREIRE, 1996, p. 21)

Segundo FREIRE (1996), a crise do algodão e do agave, por conta da concorrência com as fibras sintéticas extraídas do petróleo e comercializadas pela Europa e pelo Estados Unidos, e o declínio dos engenhos causaram grande desemprego nos setores urbanos e rurais e enormes prejuízos aos agricultores e as indústrias de beneficiamento de agave e algodão, e conseqüentemente ao comércio local.

Produtos como cordas, lona, tecidos, roupas, que eram fabricados com as fibras de algodão e agave, passaram a ser feitas com derivados do petróleo. Assim que os novos produtos foram ganhando a preferência dos consumidores, as exportações algodoeiras e agaveira foram diminuindo e por conseqüência os preços também. Devido a esse cenário muitos agricultores, trocaram as plantações de algodão e agave por pasto para o gado e cana de açúcar.

Proporcionalmente ao enfraquecimento cada vez maior do algodão e do agave, os canaviais cresciam, ocupando os espaços deixados pelas plantações algodoeiras e agaveiras, que foram gradualmente substituídas pelos canaviais, outro fator que favoreceu esse crescimento foi a desativação dos engenhos, que passaram a ser fornecedores de cana para a Usina Tanques. Nas décadas de 50 e 60 a “Tanques” passou por um processo de modernização se tornando referência no Brejo, produzindo um açúcar de boa qualidade, que era comercializado na Paraíba e em outros estados, desse modo precisava cada vez mais de matéria prima, e por isso passou a incentivar a desativação dos engenhos, procurando convencer os proprietários das vantagens de se tornarem apenas fornecedores, como a diminuição da carga de trabalho e de compromissos com seus trabalhadores.

Nos anos 60, sendo a cana já o principal produto do município, a Usina Tanques, começou a investir na compra de terras próximas a usina, muitos engenhos desativados, e dezenas de pequenas e médias e até grandes propriedades foram absorvidas pela “Tanques”, provocando uma verdadeira onda de êxodo rural, derrubada de plantações de frutas, e desmatamento acentuado. Também os proprietários rurais foram incentivados pelos dirigentes da usina, a substituírem os roçados e fruteiras pelo plantio de cana.

Comentando sobre as consequências da ascensão da cana de açúcar e da Usina Tanques na economia alagoa-grandense Freire diz,

Este produto expandiu-se em nosso município, proporcionando à época, bons lucros para os fornecedores, mais ainda para a Usina Tanques, trabalho temporário para centenas de canavieiros, e impostos para a prefeitura e para o Estado. Por outro lado, causou a saída de muita gente da zona rural, como também a diminuição acentuada das fontes de alimentos, pois além do que foi extinto, a cana não permite, ao contrário do algodão, os plantios de outras culturas ao seu lado. (Freire, 1996, p. 23)

Os antigos moradores foram expulsos dos engenhos desativados, já que não havia mais trabalho nem espaço para o cultivo de gêneros alimentícios, pois toda a terra estava ocupada pela cana, e mesmo os pequenos e médios proprietários foram incentivados a fazerem o mesmo, gerando uma crise e aumentos de preços dos alimentos. Essa situação afetava principalmente os trabalhadores rurais que se viam sem saída nem perspectivas, sendo obrigados a migrarem para os grandes centros urbanos e para o sudeste.

Foi nesse contexto que surgiu a Juventude Agrária Católica Fermina (JACF) na Paróquia de Alagoa Grande em 1954, com o então, padre José Epaminondas Araújo, que foi

pároco de Alagoa Grande de 1953 a 1957, sendo depois transferido para paróquia da Catedral em João Pessoa, capital paraibana, e em seguida nomeado bispo de Rui Barbosa na Bahia.

O jovem sacerdote já conhecia a Ação Católica desde os tempos de seminário, quando teve o primeiro contato com o apostolado leigo no seminário Arquidiocesano da Paraíba nos últimos anos da teologia. Falando em seu depoimento sobre o seu primeiro contato com Ação Católica Dom Epaminondas diz,

Nos últimos anos do curso Teológico, tive aulas sobre o Apostolado Leigo Organizado, dadas pelo reitor, Mons. José Tibúrcio. Ele soube entusiasmar seus alunos para a Ação Católica. Naquele tempo comecei a ler também os livros que tratavam do assunto. De modo especial, o meu entusiasmo aumentou com os “Elementos de Ação Católica do Alceu Amoroso Lima”. (LUCCHETTI, 2012, p. 45)

Assim que foi ordenado o Pe. Epaminondas trabalhou como vigário coadjutor, e capelão do Colégio das Irmãs de Santa Catarina de Sena, em Guarabira. Lá com as alunas do colégio iniciou seu contato com a juventude, organizando a Juventude Estudantil Católica Feminina (JECF). Depois de atuar em Guarabira como vigário e capelão do Colégio das Irmãs, retornou a capital, para ser professor no Seminário Arquidiocesano, sendo nomeado pelo Assistente Eclesiástico da Ação Católica Arquidiocesana, na época o Pe. Carlos Coelho, para assistente eclesiástico da JECF do Liceu Paraibano e da Academia de Comércio.

Regressando ao interior, passou por duas paróquias até que foi nomeado vigário de Alagoa Grande em 1953. Chegando a Alagoa Grande procurou organizar a Juventude Agrária Católica Feminina na sua nova paróquia, como nos narra,

Depois dos primeiros contatos com as jovens da cidade e do meio rural, aproveitei o carnaval de 1954, para fazer um encontro com as jovens que eu já conhecia. Pela manhã falava sobre a vida cristã. À tarde, ia passando sobre o apostolado que elas podiam realizar, no seu meio. A semente foi lançada. O Senhor do Reino abençoou. Começaram as reuniões para o estágio. (LUCCHETTI, 2012, p. 45)

Durante um ano eram realizadas reuniões com moças na cidade, as jovens que moravam nos sítios e povoados distantes conseguiram um alojamento para poderem passar o final de semana na cidade, e assim participarem das reuniões e da missa dominical. Continua Dom Epaminondas falando sobre as atividades realizadas pelas jovens da JAC,

Depois de um ano de trabalho, a maioria das jovens já se dedicava ao trabalho missionário nos sítios e fazendas. Lembro-me bem que elas preparavam um S. João bem animado, com comidas próprias da época e quadrilha. As famílias estavam presentes. Outra vez prepararam uma turma de meninos para a primeira comunhão. Por várias vezes, nos sábados, elas me avisavam que havia pessoas doentes que queriam ver o padre. Marcavam a segunda feira para ir fazer a visita e administrar os sacramentos. (LUCCHETTI Org. 2012, p. 46)

O relato de Dom Epaminondas mostra que as atividades realizadas pela JACF, nos seus primeiros passos em Alagoa Grande eram de cunho eminentemente religioso, se limitavam a organização de festas religiosas, catequese para crianças, e visita aos doentes para que eles recebessem os sacramentos. Para que esses trabalhos junto as comunidades rurais fossem feitos, segundo Dom Epaminondas, “ A coordenadora da JACF morava na sede paroquial, com alguns elementos que davam apoio ao pessoal do campo. ”

A JAC era organizada a partir dos núcleos de base ou secções, onde um ou mais jovens com capacidade de liderança apoiados pelo pároco local, davam sustentação ao movimento. As jovens engajadas nos grupos de bases, que se destacavam por terem espírito de liderança, eram chamadas de militantes. “Todo trabalho era voltado para a realidade em que vivia a juventude rural atingida pelos militantes, através da Secções ou Núcleos de Base (LUCCHETTI, 2012).

As reuniões em cada núcleo de base eram feitas mensalmente, nestas formavam-se círculos de estudos, onde todos participantes eram incentivados a partilharem suas experiências por meio do depoimento, na revisão de vida e no estudo e reflexão de textos bíblicos, que eram aplicados no cotidiano de cada um e nos problemas da comunidade, com também na programação, execução e avaliação das atividades desenvolvidas pelo movimento. Atividades estas sempre voltadas para a solução de problemas da realidade dos jovens rurais.

O desenvolvimento e o progresso da JAC em uma paróquia dependiam em grande parte do interesse e apoio do pároco, mas também muito da atuação dos militantes como afirma Angela Neves Lucchetti,

Os militantes sempre foram considerados como a mola mestra da JAC e dos demais Movimentos da Ação Católica Especializada. A grande novidade desses movimentos constituiu em acreditar que os grandes apóstolos de um determinado meio social são as pessoas do próprio meio, como preconizava o fundador da Juventude Operária Católica, Monsenhor José Cardijn. Dentro desta perspectiva, os

melhores apóstolos dos jovens rurais seriam e eram os próprios jovens rurais (LUCCHETTI, 2012, p. 137).

O padre Epaminondas entusiasmado com o movimento escreveu um “Caderno de Ação Católica Rural”, para orientar as atividades do grupo, e em 1956 a seu convite Dom Manoel Palmeira, então bispo auxiliar da Arquidiocese da Paraíba, seguindo o cerimonial da JAC canadense, entregou os distintivos da Ação Católica as militantes. Das militantes que na época do depoimento (2012), Dom Epaminondas ainda mantinha contato, cita: “Zezinha, Maria Helena, Maria Stela e Nazinha Oliveira”. Muitas jovens participaram do Movimento entre elas se destacou, Ignácia Maria da Conceição Hestket Lavareda, conhecida por “Inácia Pacheco”.

Ignácia Lavareda, nasceu no sítio Agreste próximo ao povoado de Zumbi, onde estudou o primário, município de Alagoa Grande. Aos quatorze anos saiu da zona rural e foi morar na cidade na casa de tios, com muitas dificuldades concluiu o primeiro grau, fazendo parte da primeira turma concluinte do Ginásio Comercial Dom Moisés Coelho. Assim que chegou na cidade começou a trabalhar como balconista em loja de tecidos, até se tornar professora municipal, lecionando no sítio Espalhada, e depois também no Colégio Nossa Senhora do Rosário das Irmãs Dorotéias, no turno da noite.

A jovem Ignácia Maria, quando ainda lecionava na Fazenda Espalhada, foi convidada pelo vigário o Pe. Epaminondas Araújo, a participar de uma semana de estudos com outras jovens e vigários das paróquias que compreendia a zona do Brejo, Alagoa Grande, Juarez Távora, Serraria, Areia, Remígio e Solânea. Nesta oportunidade ela teve seu primeiro contato com Ação Católica Especializada, como ela relata,

Fazia dois anos que lecionava na fazenda, quando o vigário Padre Epaminondas José de Araújo, convidou-me para participar de uma semana de estudo. Participaram desta semana de estudos outras jovens e vigários das paróquias de Areia, Remígio, Solânea, Serraria, Juarez Távora, além de Alagoa Grande. Foi uma feliz oportunidade para todos, no sentido de se iniciarem na mística da Ação Católica Especializada, através do método: Ver, Julgar e Agir. (LUCCHETTI, Org. 2012, p.59)

Entusiasmada pela mística da Ação Católica Especializada por meio do método, ver-julgar-agir, a jovem professora rural inicia sua militância no movimento a partir de sua sala de aula, onde ensinava as séries primárias para mais de quarenta alunos, na Fazenda Espalhada,



cerca de seis km da sede do município. E foi lá onde lecionava que Ignácia organizou o primeiro grupo de base jacista, falando sobre o início de sua militância diz,

O primeiro núcleo jacista foi organizado com seis jovens rurais, irmãs de alunos meus. Foram agendadas reuniões mensais para melhor conhecimento da JAC e de sua mística e para debates dos problemas, busca de soluções, leitura do Evangelho, e outros assuntos de interesse, como por exemplo: organizar festas de Natal, São João, etc. (LUCCHETTI Org. 2012, p. 59)

Sempre apoiadas pelo vigário que era também assistente eclesiástico da JAC, as Jovens lideradas por Ignácia Maria, faziam estudos e reflexões sobre leituras bíblicas, mas também sobre a realidade do homem rural de modo especial a juventude. Depois foi transferida e passou a lecionar na cidade, mas continuou atuando no movimento, participando das reuniões mensais que se realizavam na cidade. Nessas reuniões eram transmitidos os conhecimentos sobre a JAC, se fazia aprofundamentos e programava-se as atividades a ser realizadas pelos grupos de acordo com Plano Anual da JAC Nacional.

Aos poucos foram nascendo novas seções jacistas e várias comunidades que compreendiam a paróquia de Alagoa Grande, organizaram-se grupos na Vila São João, Rapador, Lagoa Verde, no povoado de Zumbi e na cidade de Juarez Távora. Cada grupo tinha seus representantes que se comprometiam a participar das reuniões na cidade com as dirigentes paroquial. Nessas reuniões com presença dos representantes de cada seção, eram marcadas as reuniões e trabalhos a serem feitos nas comunidades.

Destacando-se no movimento Ignácia Maria, teve oportunidade de militar nele em vários níveis, desde o paroquial quando entregou o grupo dirigente da paróquia; diocesano, quando foi representante paroquial nas reuniões da equipe Arquidiocesana da JAC; regional, quando em 1962 integrou a equipe regional do Nordeste (NE 2) e internacional ao ser escolhida pelo Secretariado Nacional da JAC para por dois anos implantar e acompanhar grupos jacistas em vários países na América do Sul.

Sobre sua militância a nível paroquial e atividades desenvolvidas por ela e pelas outras jovens nos grupos de bases em suas respectivas comunidades, Ignácia Maria diz,

Eu integrei o grupo dirigente e cumpria a programação agendada: visita, participar das reuniões, dos encontros e das festas, tais como Natal, São João, Colheita. Nessas festas organizávamos teatros e apresentações várias. Colaboramos com muita

determinação para contribuir com o Congresso Mundial de Jovens Rurais em Lourdes (França), seja debatendo o tema deste congresso, a Fome no Mundo, seja angariando recursos para financiar a viagem dos 30 delegados brasileiros a este Congresso. (LUCCHETTI, 2012, p. 60)

Merece destaque entre as festas organizadas pelas militantes jacistas, as festas da colheita, essa festa introduzida pelo movimento há mais de 60 anos, até hoje existe no distrito de Zumbi, e é realizada anualmente no mês de novembro. As festas da colheita surgiram na Paróquia de Lagoa Nova no RN, com o Pe. João Penha Filho, como uma atividade realizada pela JAC, a partir de 1954, se estendendo para outros estados onde havia o movimento. Embora a liturgia Católica tivesse festas próprias para implorar as bençãos de Deus sobre os campos, plantações, e colheitas, as chamadas “Rogações”, as festas das colheitas organizadas pela JAC, para além do sentido religioso de oferecer a Deus os primeiros frutos da terra, tinham por objetivo também valorizar o trabalho do agricultor, do qual depende a alimentação dos demais.

Angela Neves Lucchetti, militante jacista ao falar sobre o objetivo das festas da colheita organizadas pelo movimento afirma,

Visavam, também chamar a atenção das autoridades para os graves problemas do campo, uma vez que, à época, nem legislação trabalhista rural existia. Na realidade, quando a JAC começou o seu trabalho, o homem do campo era visto como alguém à margem da sociedade: sem leis que o protegessem, sem acesso à educação (a grande maioria era analfabeta), a programa de saúde, de crédito, de assistência técnica, sem direito a ter suas próprias organizações. (LUCCHETTI, 2012, p. 28)

Essas festas da colheita ainda hoje são celebradas em muitos municípios do Seridó potiguar, o Pe. João Penha em seu depoimento conta como eram essas festas no seu tempo de vigário em Lagoa Nova,

A turma da JAC se espalhava pelas fazendas e sítios convocando os agricultores. Na véspera as equipes se dividiam. Uma turma era encarregada de preparar homens e mulheres para a confissão a noite. As outras para proporcionar distrações durante a noite toda para o pessoal no largo do mercado com cantorias de viola, emboladas de coco, danças folclóricas. Outra turma cuidava de preparar a alimentação para o café da manhã após a missa. A missa era campal, na hora do ofertório todos traziam as suas primeiras oferendas, e colocavam diante do altar. Os produtos arrecadados

davam para encher um caminhão que os levavam para os abrigos dos velhos e para o seminário de Natal. (LUCCHETTI, 2012, p. 92)

Depois de terminada a missa, reuniam-se na entrada da cidade e se fazia um grande desfile, os vaqueiros com suas roupas típicas, carros de boi, tratores, e os agricultores com seus instrumentos de trabalho. Caminhavam cantando o hino do agricultor até a praça da matriz, onde era dada a benção dos instrumentos agrícolas pelo padre. Em cada região as festas da colheita são celebradas de acordo com o costume local.

Em Alagoa Grande, essa festa que até hoje é celebrada no distrito de Zumbi, é feita da seguinte maneira, sempre em um domingo do mês de novembro, os agricultores se reúnem e fazem uma procissão com a imagem de São José, que na Igreja Católica é venerado como padroeiro dos trabalhadores, tradicionalmente enfeitado com flores e frutos das colheitas como favas. Os agricultores levam na procissão seus instrumentos de trabalho, como enxadas, chegando na capela é celebrada uma missa, durante o ofertório são oferecidos produtos de suas colheitas, farinha, milho, feijão, fava, jerimum. Percebe-se que nas atuais festas da colheita, somente seu sentido religioso foi preservado, embora mantem-se o objetivo de valorizar o homem do campo, que ainda hoje é marginalizado, e continua sendo explorado pelas novas e velhas formas de exploração.

Em 1962 a jovem professora Ignácia Maria, deixa de lecionar e passa a integrar a equipe do Regional Nordeste 2, com sede em Recife, como permanente. Segundo ela a equipe era composta por cinco permanentes da JAC, o Pe. Valdir Dantas e Maria Barreto do Ceara, José Cândido e Maria Áurea do Rio Grande do Norte, e ela da Paraíba. Juntamente com os demais permanentes da Ação Católica Especializada, jovens da JEC, JIC, JOC e JUC, ficaram numa casa da Arquidiocese de Recife. Os jovens permanentes acompanhavam os seus respectivos movimentos por meio de cartas, visitas e reuniões tanto na sede do regional, como nas dioceses e paróquias.

Mas o trabalho ativo dos movimentos da Ação Católica Especializada, foram interrompidos e duramente reprimidos assim que foi dado o golpe de 1964, falando sobre isso Ignácia Maria diz,

Nosso trabalho ia em bom ritmo, quando fomos surpreendidos pela Intervenção Militar de 1964. Dias depois, todos nós sofremos prisão arbitrária, por falta de conhecimento ou entendimento da doutrina social da Igreja, confundiam-na com o comunismo. Ao todo éramos 16 jovens e dois sacerdotes. Esses permanentes voltaram a seus estados de origem até que houvesse condições de dar continuidade aos trabalhos. (LUCCHETTI, 2012, p.61)

Depois desse episódio o trabalho no secretariado regional ficou reduzido a organização interna, e a poucas reuniões feitas na diocese de Pesqueira e em Jaboatão, atuando com muita cautela. Ignácia Maria ainda permaneceu em Recife até 1965 quando foi escolhida pelo Secretariado Nacional da JAC, para integrar o Secretariado Latino Americano do MIJARC, como permanente por dois anos com objetivo de implantar e acompanhar a JAC na Colômbia e Venezuela. Comentando os motivos pelos quais aceitou viver em outros países como permanente internacional jacista, ela diz, “ quando fui escolhida aceitei pelos seguintes motivos: no Brasil não se podia ter liberdade de ação em consequência do regime militar vigente desde 1964; minha família não oferecia obstáculos. Fiquei feliz por ser a JAC meu objetivo maior (LUCCHETTI, 2012, p. 61). ”

Até sua ida para exterior Ignácia Maria, sempre mantinha contato, e periodicamente visitava e animava a JACF em Alagoa Grande, depois os contatos foram se perdendo e o movimento enfraquecendo até acabar. Nesse período já era outro padre que trabalhava como vigário na cidade, Pe. Geraldo Pinto, que foi pároco em Alagoa Grande de 1960 a 1967 quando foi transferido para Guarabira.

O Pe. Geraldo Pinto, juntamente com lideranças camponesas, como Álvaro Diniz, Severino Cassimiro, esposo de Margarida Maria Alves, Antônio do Nascimento e Manoel Santino, fundaram em 1962 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. José Avelar Freire fala sobre a origem do sindicalismo rural em Alagoa Grande dizendo,

Como reflexo do movimento das Ligas Camponesas (1961-1964) que aqui contou com muitos simpatizantes e também quem defendia abertamente os princípios de reforma agrária, de justiça social pregados pelo movimento popular, não só no campo mais também na cidade, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande no dia 9 de julho de 1962, pelo padre Geraldo da Silva Pinto, (...). (FREIRE, 2002, p. 295)

As Ligas Camponesas surgiram na década de 1940, e em Pernambuco, lideradas pelo deputado Francisco Julião, tinha como principal objetivo defender os trabalhadores rurais dos constantes abusos praticados pelos proprietários de terra, já que não havia nenhuma Legislação que os protegessem, se espalhando para outros estados. A organização dos trabalhadores do campo teve como efeito a formulação da proposta de reforma agrária, por meio dela buscava-se garantir o acesso à terra para os trabalhadores rurais, através da desapropriação de terras pelo

Estado, essa proposta causava grande medo nas elites latifundiárias do país, que se sentiam ameaçados no seu maior privilégio que era a posse da terra.

José Octávio de Arruda Mello, associa a situação de crise econômica, vivida na Paraíba no início da década de 1960, sentida principalmente pelos agricultores, como uma das motivações que levaram o surgimento das ligas no estado,

No início dos anos sessenta, o declínio da produtividade agrícola acompanhada pelo decréscimo do preço de produtos como o sisal e, sobretudo, manutenção, na zona rural, de relações de produção atrasadas, fomentaram o surgimento das ligas camponesas. (MELLO, 1995, p. 268).

Além da crise gerada pela diminuição da produtividade agrícola, e a queda nos preços dos principais produtos comercializados no período, o sisal (agave) e algodão, gerando o fechamento das indústrias têxteis que empregavam muitos trabalhadores, grande parte destes agora desempregados voltaram ao campo, contribuindo pra o aumento da pressão sobre a terra. As duras condições de trabalho no campo, agravavam a situação dos trabalhadores rurais. A partir de Sapé na zona da mata as ligas foram se espalhando pelo brejo, chegando em Alagoa Grande em 1961, com os advogados campinenses Langstein Almeida, ex-deputado do PC do B e Ofélia Amorim, que por meio de reuniões e palestras feitas nas praças, organizaram o movimento com agricultores e simpatizantes da causa camponesa nas terras alagoa-grandense.

Destacaram-se no movimento das ligas, o comerciante Mariano Rodrigues, Elias Nóbrega de Araújo, sapateiro, Manoel Santino, agricultor, e Manoel Pedro da Silva, também agricultor conhecido por “Mané Camponês”, todos sofreram prisão logo após o golpe militar em 1964, com exceção de Manoel Santino, que conseguiu fugir e mudou-se para município de Alagoa Nova. O movimento foi duramente reprimido pelo governo militar, e pelos “capangas” do usineiro Agnaldo Veloso Borges, proprietário da Usina Tanques. As lideranças camponesas eram coagidas de todas as formas desde a ameaças até agressões físicas, e prisões. Como afirma ARAÚJO (1999), “as classes políticas do Estado consideravam as Ligas Camponesas como caso de “polícia” e de “subversão”. ” A mesma autora ao falar sobre a repressão e desmobilização ocorrida no meio rural na Paraíba depois do golpe, diz,

Os camponeses que participaram ou tiveram qualquer envolvimento com movimentos reivindicatórios foram severamente perseguidos: punição pela ousadia de tentar subverter a secular ordem estabelecida no mundo agrário. A repressão e a

perseguição no meio rural não eram feitas apenas pela polícia e pelo Exército, mas contaram com a “generosa colaboração” dos capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais que assim, puderam acelerar o processo de expulsão dos camponeses sem contar com a menor resistência, em um contexto de total impunidade. (ARAÚJO, 1999, p. 114).

É nesse contexto de agitação e medo devido aos crescentes conflitos entre camponeses e os grandes proprietários rurais, que as classes políticas e a Igreja, preocupadas viam a necessidade da promoção de reformas no campo, desde que não ameaçassem as relações de poder vigentes. Falando sobre a participação da Igreja na organização sindical nos anos 60, Martha Lucia Ribeiro de Araújo diz,

Nos anos 60, a Igreja aparece cada vez mais envolvida com a problemática rural. Tentando se contrapor às Ligas Camponesas, utiliza o fantasma do comunismo, para afastar os camponeses das associações organizadas pelo PCN, e enquadra-os num projeto de sindicalização, propondo reformas que não implicassem mudanças estruturais. (ARAÚJO, 1999, p. 107)

A sindicalização passa a vista como uma alternativa interessante para o governo, pois era necessário institucionalizar os movimentos camponeses e distancia-los da radicalização e da influência da esquerda. Os proprietários aceitaram a proposta de sindicalização do trabalhador rural pelos mesmos motivos, como um “mal inevitável” mas que podia ser contido pelo controle do Estado.

José Avelar Freire afirma em seu livro referindo-se sobre a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande que,

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na realidade foi criado sob a inspiração da Igreja Católica, com a finalidade de abafar a luta das Ligas Camponesas, incentivando o trabalhador rural a ele se filiar com uma postura moderada em relação a convivência capital-trabalho. Na época, estando mais ao lado do poder econômico do que das causas trabalhistas (apesar de uma ala ter apoiado a arregimentação camponesa) a Igreja visava diminuir o ímpeto do movimento que bradava por radicais reformas sociais. (FREIRE, 2002, p.293)

Segundo Freire, a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, foi uma forma encontrada de acalmar os ânimos exaltados pelas Ligas Camponesas no município, embora as lutas continuaram com o sindicalismo, e os camponeses continuaram resistindo das maneiras

que lhes eram possíveis. Destacou-se nas lutas camponesas a líder sindical Margarida Maria Alves, que foi brutalmente assassinada em 12 de agosto de 1983, a mando da cúpula da Usina Tanques.

Podemos associar a implantação da JAC em Alagoa Grande, como um meio encontrado pela Igreja de chegar até a juventude rural, e mantê-la afastada de movimentos camponeses radicais. O movimento era uma oportunidade da juventude rural alagoa-grandense através da atuação das militantes jacistas, terem contato com a doutrina social da Igreja, e refletirem sobre a situação em que viviam, mas sempre sob a orientação da Igreja, evitando o contato com discussões revolucionárias pregadas pela esquerda. Embora as atividades realizadas fossem na maioria de cunho religioso, as reflexões sobre a realidade da juventude rural e do homem do campo levavam essas jovens a pensarem em questões como, a exploração do trabalhador rural, concentração de terras e reforma agrária.

A atuação no movimento levou uma jovem alagoa-grandense a se emancipar, sair do interior e ir viver como permanente em Recife e depois no exterior, marcando profundamente a sua vida. A partir de 1964, após a ida de Ignácia Maria, para fora do país, o movimento foi enfraquecendo até morrer em Alagoa Grande, isso se deve além da perda de contato com sua maior liderança, a situação política vivida na época. Os movimentos da Ação Católica Especializada eram mal vistos pelo governo militar, e a JAC embora não tivesse uma atuação política como a JUC e a JEC, foi perseguida também. O fato desses movimentos levar os jovens a refletirem sobre suas realidades, para o governo isto era muito perigoso. E na década de 60 a aproximação, principalmente da JUC e da JEC dos partidos de esquerda fizeram com que todos os movimentos da Ação Católica Especializada ficassem sob suspeitas e na mira da repressão.

#### **4. CONCLUSÃO**

A Juventude Agrária Católica como movimento da Ação Católica Especializada, nos 25 anos em que atuou no Brasil, e nos 10 que existiu em Alagoa Grande-PB, organizou e formou jovens rurais, na perspectiva da doutrina social da Igreja. Utilizando o método, ver-julgar-agir, que teve origem na Juventude Operária Católica, como um instrumento que permitiu os jacistas a terem uma visão mais ampla e crítica da situação dos jovens rurais, seus problemas e desafios dentro da realidade em que estavam inseridos. O uso deste método se consideramos as posições da Igreja no período, que eram conservadoras e em geral defendia o status quo político e socioeconômico, foi revolucionário, pois permitia a análise crítica da

realidade social, levando conseqüentemente a uma tomada de consciência do papel do jovem na luta pela transformação da sociedade.

Podemos perceber que a Ação Católica Rural e JAC, tinha como objetivo não só, conscientizar e despertar a juventude rural, para realidade sócio-política econômica do Brasil, e para necessidade de organização de cooperativas e sindicatos, mas também procurava-se através desses movimentos evitar que entidades de esquerda como as Ligas Camponesas atraíssem e passassem a organizar os agricultores fora do controle da Igreja. A efervescência sócio-política vivenciada no período chegou também ao campo, e parte Igreja atenta e preocupada com a situação do trabalhador rural, condicionado às péssimas condições de vida e trabalho e brutal exploração, enxergavam que se fazia necessário uma urgente reforma social agrária. Porém essa reforma social agrária deveria ser orientada pela doutrina social da Igreja, desse modo evitando-se uma possível “revolução comunista” que colocasse a massa trabalhadora rural contra a Igreja.

Contudo a JAC desenvolveu atividades que visavam a promoção da dignidade do homem do campo, despertando a consciência de muitos jovens rurais para realidade sócio-política e econômica na qual estavam inseridos, e como transformar essa realidade a partir dos valores cristãos de fraternidade, e de combate as injustiças sociais fruto da ganancia, e de uma sociedade que tem como base as profundas desigualdades sociais, alimentadas pela concentração de renda e fundiária próprias do sistema capitalista. Muitos desses jovens marcados pela experiência que tiveram enquanto militaram no movimento jacista, dedicaram-se depois a pastorais sociais, ao cooperativismo como foi o caso de Ignácia Maria da Conceição H. Lavareda, ao sindicalismo rural, a educação, saúde, ou como advogados de grupos excluídos e organizações sindicais, continuam atuando de uma forma ou de outra na luta por uma sociedade mais justa e mais igualitária.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil de João XXIII a João Paulo II: De Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ENGELK, Inocêncio. **Conosco, Sem nós ou Contra nós se fará a Reforma Rural**. Campanha: (S.n.), 1953.

DALLE, Romeu. **A Ação Católica no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: Aspectos Econômicos e Fatos Outros da sua História**. João Pessoa: Ideia, 1996.

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande sua História**. João Pessoa: Ideia, 1998.

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua História de 1625 a 2000**. João Pessoa: A União, 2002.

LAVAREDA, Ignácia Maria da Conceição H. **Proposta de Trabalho Comunitário**. Recife: (S.n.), 1997.

LUCCHETTI, Angela Neves, et al. **História e Organização de Jovens Camponeses Cristãos: 1947-1972**. Rio de Janeiro: Abrace um aluno Escritor, 2012.

LUCCHETTI, Angela Neves; BAPTISTA, Francisca M. Carneiro; CARNEIRO, Joana Guida (Org.). **Retalhos de Vidas: Depoimentos de ex-jacistas**. Brasil: (S.n.), 2012.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa: A União, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira: A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SOUZA, Ney de. **Ação Católica, Militância leiga no Brasil: méritos e limites**. Revista de Cultura Teológica, São Paulo, v. 14, n. 55, abr/jun. 2006.